- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A ausência de marcação ou a marcação de mais de um campo não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de provas, caso haja opção constituída pela estrutura **Situação hipotética:** ... seguida de **Assertiva:** ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nas questões que demandem **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CDC = Código de Defesa do Consumidor; CP = Código Penal; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; IP = inquérito policial; LEG = Lei Estadual de Goiás; LEP = Lei de Execução Penal; LO-PC/GO = Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás; MP = Ministério Público; MPF = Ministério Público Federal; ONU = Organização das Nações Unidas; PC/GO = Polícia Civil do Estado de Goiás; RDD = regime disciplinar diferenciado.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1AAA

Na Idade Média, durante o período feudal, o príncipe era detentor de um poder conhecido como *jus politiae* — direito de polícia —, que designava tudo o que era necessário à boa ordem da sociedade civil sob a autoridade do Estado, em contraposição à boa ordem moral e religiosa, de competência exclusiva da autoridade eclesiástica.

Atualmente, no Brasil, por meio da Constituição Federal de 1988, das leis e de outros atos normativos, é conferida aos cidadãos uma série de direitos, entre os quais os direitos à liberdade e à propriedade, cujo exercício deve ser compatível com o bem-estar social e com as normas de direito público. Para tanto, essas normas especificam limitações administrativas à liberdade e à propriedade, de modo que, a cada restrição de direito individual — expressa ou implícita na norma legal —, corresponde equivalente poder de polícia administrativa à administração pública, para torná-la efetiva e fazê-la obedecida por todos.

Internet: <www.ambito-juridico.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

De acordo com o texto CB1A1AAA,

- **A** o poder de polícia refere-se à faculdade de que dispõe a administração pública para tornar efetiva e fazer obedecida cada restrição de direitos e liberdades individuais, em consonância com o bem-estar social.
- **B** a autoridade administrativa, sob a invocação do poder de polícia, poderá anular as liberdades públicas ou aniquilar os direitos fundamentais do indivíduo previstos na Constituição Federal de 1988.
- **C** o fato de a Constituição, as leis e outros atos normativos conferirem aos cidadãos os direitos à liberdade e à propriedade pressupõe a existência de direito público subjetivo absoluto no Estado moderno, desde que seja respeitada a boa ordem da sociedade civil.
- **D** o mecanismo denominado como poder de polícia, usado pela administração pública para deter os abusos no exercício do direito individual, é restrito à atuação da administração no âmbito federal.
- **E** o denominado *jus politiae* que o príncipe detinha na Idade Média equivale, nos dias atuais, ao poder de polícia conferido à administração pública.

QUESTÃO 2

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, assinale a opção correta.

- **A** A supressão da vírgula empregada logo após "normativos" (ℓ.8) manteria a coesão e a correção textual, uma vez que, no contexto dado, seu emprego é facultativo.
- **B** A coesão textual seria mantida se a expressão "os quais" (ℓ.9) fosse substituída por **aqueles**.
- **C** No primeiro parágrafo, a substituição do par de travessões por um par de parênteses preservaria a coesão textual.
- **D** A substituição de "sob" (ℓ.4) por **pela** manteria a coesão textual.
- **E** O elemento "à", nas linhas 4 e 5, introduz complementos da forma verbal "designava" (ℓ.3).

QUESTÃO 3

Com referência aos mecanismos de coesão e aos tempos e modos verbais empregados no texto CB1A1AAA, assinale a opção correta.

- **A** A substituição da forma verbal "designava" (ℓ.3) por **chamava** manteria a coesão e o sentido original do texto.
- **B** O antecedente do pronome "cujo" (ℓ.10) pode ser o vocábulo "direitos", do trecho "uma série de direitos" (ℓ.9), ou a expressão "os direitos à liberdade e à propriedade" (ℓ.10).
- **C** A coesão textual seria mantida caso a expressão "Para tanto" (ℓ.12) fosse substituída pelo vocábulo **Porquanto**.
- **D** Nas linhas 16 e 17, as formas pronominais em "torná-la" e "fazê-la" referem-se ao termo "administração pública".
- **E** A substituição da forma verbal "era" (ℓ.2) pela forma verbal **foi** geraria problema no sequenciamento textual, uma vez que tais formas verbais de passado possuem funções diferentes.

QUESTÃO 4

Quanto aos termos empregados no texto CB1A1AAA, às ideias nele contidas e à ortografia oficial da língua portuguesa, assinale a opção correta.

- **A** O sentido original do texto seria preservado e as normas da ortografia oficial da língua portuguesa seriam respeitadas caso se substituísse o trecho "é conferida aos cidadãos uma série de direitos" (ℓ.9) por **aos cidadãos confere-se muitos direitos**.
- **B** O emprego do hífen no vocábulo "bem-estar" justifica-se pela mesma regra ortográfica que justifica a grafia do antônimo desse vocábulo: **mal-estar**.
- **C** As formas verbais "torná-la" e "fazê-la" (ℓ. 16 e 17) recebem acentuação gráfica porque se devem acentuar todas as formas verbais combinadas a pronome enclítico.
- **D** A mesma regra de acentuação justifica o emprego de acento em "à" (ℓ.4) e "é" (ℓ.9).
- **E** O vocábulo "período" é acentuado em razão da regra que determina que se acentuem palavras paroxítonas com vogal tônica **i** formadora de hiato.

Texto CB1A2AAA

Em linhas gerais, há na literatura econômica duas explicações para a educação ser tida como um fator de redução da criminalidade. A primeira é que a educação muda as preferências intertemporais, levando o indivíduo a ter menos preferência pelo presente e a valorizar mais o futuro, isto é, a ter aversão a riscos e a ter mais paciência. A segunda explicação é que a educação contribui para o combate à criminalidade porque ensina valores morais, tais como disciplina e cooperação, tornando o indivíduo menos suscetível a praticar atos violentos e crimes.

Há outras razões pelas quais se podem associar educação e redução da criminalidade. Quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo, maior será para ele o retorno do trabalho lícito (isto é, o salário), e isso eleva o custo de oportunidade de se cometer crime. Além disso, há uma questão relacionada à possibilidade do estado de dependência do crime: a probabilidade de se cometerem crimes no presente está relacionada à quantidade de crimes que já se cometeram. Dessa forma, manter as crianças na escola, ocupadas durante o dia, contribuiria a longo prazo para a redução da criminalidade. Acredita-se, por essa razão, que haja uma relação entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade. A criminalidade é uma externalidade negativa com enormes custos sociais e, se a educação consegue diminuir a violência, o retorno social pode ser ainda maior que o retorno privado.

R. A. Duenhas, F. O. Gonçalves e E. Gelinski Jr. **Educação, segurança pública e violência nos municípios brasileiros: uma análise de painel dinâmico de dados**. UEPG Ci. Soc. Apl., Ponta Grossa, 22 (2):179-91, jul.-dez./2014. Internet: <www.revistas2.uepg.br> (com adaptações).

QUESTÃO 5

Nas opções a seguir, constam propostas de reescrita do trecho "Há outras razões pelas quais se podem associar educação e redução da criminalidade." (ℓ. 11 e 12). Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém o sentido original, a formalidade e a correção gramatical do texto CB1A2AAA.

- **A** Outras razões existem porque é plausível associar educação e redução da criminalidade.
- **B** Existe outras razões em que é possível associar educação e redução da criminalidade.
- **C** Há outras razões em quais pode se associar educação à redução da criminalidade.
- **D** Existem outras razões por que é possível associar educação e redução da criminalidade.
- **E** Tem outras razões que é possível associar educação e redução da criminalidade.

QUESTÃO 6

No texto CB1A2AAA, a palavra "aversão" (ℓ.6) foi empregada no sentido de

- **A** **pavor**.
- **B** **repugnância**.
- **C** **intolerância**.
- **D** **indiferença**.
- **E** **atração**.

QUESTÃO 7

A oração "que já se cometeram" (ℓ.18)

- **A** equivale, sintática e semanticamente, a **que foi cometida**.
- **B** está coordenada à expressão "quantidade de crimes" (ℓ.18).
- **C** explica o termo "crimes" (ℓ.18).
- **D** complementa o substantivo "quantidade" (ℓ.18).
- **E** restringe o sentido do termo "crimes" (ℓ.18).

QUESTÃO 8

As opções subsequentes apresentam propostas de reescrita do seguinte período do texto CB1A2AAA: "Acredita-se, por essa razão, que haja uma relação entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade." (ℓ. 21 e 22). Assinale a opção que apresenta proposta de reescrita que preserva a correção gramatical e o sentido original do texto.

- **A** Acredita-se que haja, por essa razão, uma relação, entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.
- **B** Acredita-se por essa razão, que haja uma relação entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.
- **C** Por essa razão, acredita-se, que haja uma relação entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.
- **D** Acredita-se que haja por essa razão, uma relação, entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.
- **E** Por essa razão, acredita-se que haja uma relação entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.

QUESTÃO 9

Durante a Idade Moderna, prevaleceram na Europa as práticas econômicas mercantilistas, voltadas para o fortalecimento dos Estados nacionais e o enriquecimento de seus empreendedores. Em larga medida, o entesouramento de metais preciosos era o objetivo mais evidente, o que explica o grande interesse na descoberta e na exploração desses metais nas colônias do Novo Mundo. Nesse contexto se processou a ocupação das áreas interioranas da América portuguesa, que, no caso específico de Goiás, deu-se, sobretudo, a partir do século XVII. A respeito do desbravamento do território goiano e de aspectos relacionados a esse desbravamento, assinale a opção correta.

- **A** A Guerra dos Emboabas, ocorrida nas Minas Gerais, interrompeu a marcha dos desbravadores paulistas em direção ao Centro-Oeste, retardando em muito a ocupação e a exploração econômica das terras goianas.
- **B** O declínio da extração aurífera em Goiás ocorreu na primeira metade do século passado, quando a multiplicação de indústrias alterou radicalmente o panorama econômico de toda a região central do país.
- **C** Fundada por Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera, a sede inicial da capitania goiana recebeu desse bandeirante o nome de Goiás, homenagem aos habitantes de extensa região que margeava o rio Tietê.
- **D** O desbravamento de Goiás deveu-se à ação dos bandeirantes que, a partir de São Paulo, embrenharam-se pelos denominados sertões em busca de, além de ouro e pedras preciosas, índios para serem escravizados.
- **E** A ação dos desbravadores foi severamente punida pela metrópole portuguesa, receosa de que as riquezas eventualmente encontradas no interior da colônia fossem contrabandeadas e escapassem ao fisco lusitano.

QUESTÃO 10

Relativamente à modernização da agricultura, à urbanização e à demografia do território goiano, e ao atual panorama econômico do estado de Goiás, assinale a opção correta.

- **A** O alto nível de desenvolvimento econômico da região norte de Goiás foi decisivo para o desmembramento que deu origem ao estado do Tocantins.
- **B** Graças à crescente importância do agronegócio na economia do estado de Goiás, a população goiana é majoritariamente rural.
- **C** Com o declínio da mineração, a economia goiana voltou-se para a agricultura de exportação, com produção destinada ao mercado exterior.
- **D** A partir das últimas décadas do século passado, a economia goiana viu o agronegócio expandir-se e ampliou seu parque industrial.
- **E** Atualmente, o setor de serviços desempenha reduzido papel na composição do produto interno bruto de Goiás.

QUESTÃO 11

Acerca dos aspectos relacionados ao contexto econômico e político que justifica a construção, na década de 30 do século XX, de uma nova capital para o estado de Goiás, assinale a opção correta.

- **A** Os primeiros registros do desejo de mudança da capital de Goiás datam da década de 30 do século passado, em decorrência da necessidade de promover o desenvolvimento econômico do estado.
- **B** A mineração, atividade econômica que sustentava a cidade de Goiás no século XVIII, era suficientemente rentável para justificar a manutenção do seu *status* de capital do estado e a oposição ao projeto de transferência da capital na década de 30 do século passado.
- **C** Em termos políticos, a construção de Goiânia insere-se na conjuntura da Revolução de 1930, que pretendia, entre outros objetivos, enfraquecer o poder das oligarquias regionais sobre as instâncias políticas e administrativas.
- **D** A fundação da nova capital deveu-se a Pedro Ludovico Teixeira, agente do governo de Getúlio Vargas sem conexões políticas no estado, que conseguiu êxito no projeto graças à sua posição de interventor federal em Goiás.
- **E** A necessidade de desenvolver a economia regional justificou a fundação da nova capital goiana, cujo urbanismo, entretanto, não superou o traçado barroco da arquitetura colonial, símbolo do atraso econômico.

QUESTÃO 12

A respeito do povoamento do estado de Goiás, assinale a opção correta.

- **A** O arraial de Catalão foi fundado na primeira metade do século XIX, pelo interesse de um particular em atrair povoadores para as suas terras.
- **B** Anápolis integra o grupo de cidades goianas cujas origens estão nos arraiais da mineração do ouro.
- **C** A famosa bandeira do Anhanguera ao sertão dos goyazes — século XVIII — tinha por objetivo o apresamento de quilombolas para empregá-los como mão de obra nas fazendas paulistas.
- **D** A atual cidade de Goiás teve suas origens no arraial de Santana, um assentamento de portugueses que chegaram ao rio Vermelho em busca de ouro, no final do século XVI.
- **E** O assentamento populacional em Jaraguá decorreu da expansão dos engenhos de açúcar da região de Pirenópolis.

QUESTÃO 13

No que se refere ao estado de Goiás no contexto brasileiro do século XX, assinale a opção correta.

- **A** A ocupação do Mato Grosso goiano, entre as décadas de 40 e 60, fez parte de um movimento amplo de expansão da fronteira e de grandes investimentos agropecuários.
- **B** No começo da década de 60, o Plano de Desenvolvimento do governo de Mauro Borges pretendia fortalecer a economia rural de Goiás.
- **C** Durante a ditadura militar, foram criados planos nacionais de desenvolvimento voltados à superação da dependência econômica do agronegócio, os quais beneficiaram Goiás.
- **D** A partir da Proclamação da República, o poder do governo federal se sobrepôs ao poder das oligarquias goianas no panorama regional.
- **E** A fundação da Estrada de Ferro Goiás, no início do século XX, objetivava facilitar as comunicações entre a capital da província e o Rio de Janeiro.

QUESTÃO 14

A respeito do bioma cerrado no estado de Goiás e de sua ocupação nas últimas décadas, assinale a opção correta.

- **A** As formas de relevo pertinentes ao cerrado são um fator favorável a sua conservação, já que dificultam a prática da agricultura e, por consequência, a erosão dos solos.
- **B** Os mananciais presentes no cerrado são essenciais para a economia do estado de Goiás e abastecem grandes bacias hidrográficas do país.
- **C** A biodiversidade do cerrado é pouco abundante se comparada à dos demais biomas brasileiros; entretanto, sua preservação deve ser meta em todos os níveis do governo.
- **D** A introdução de novas pastagens e a expansão das áreas de pecuária extensiva contribuíram para o aumento da diversidade de espécies vegetais e para a preservação dos solos do cerrado.
- **E** As unidades de conservação criadas no estado de Goiás, como parques e reservas, não alcançaram seus objetivos de preservação ambiental em virtude dos constantes incêndios no período de estiagem.

QUESTÃO 15

Para o correto funcionamento de determinado ambiente computacional, é necessário que o programa `xpto`, gravado no diretório `/home/fulano/`, seja executado simultaneamente aos outros programas do sistema operacional Linux que estejam em execução.

A respeito dessa situação, é correto afirmar que a execução do programa `xpto`

- **A** pode ser verificada por meio do comando `ls xpto| /sys/proc`.
- **B** não ocorrerá, pois o programa se encontra no diretório `/home`, onde o Linux não permite gravação de arquivos binários.
- **C** pode ser verificada por meio do comando `ps –ef | grep xpto`.
- **D** pode ser verificada por meio do comando `ls /home/fulano/xpto| proc`.
- **E** pode ser verificada por meio do comando `ls process xpto| /sys/proc`.

QUESTÃO 16

Acerca da inserção de seções em planilhas e textos criados no Microsoft Office, assinale a opção correta.

- **A** Em um documento Word, as seções podem ser utilizadas para que, em uma mesma página, parte do texto esteja em uma coluna e outra parte, em duas colunas.
- **B** No Word, as seções são utilizadas como meio padrão para se inserir rodapé e cabeçalho no documento.
- **C** No Excel, as seções são utilizadas para separar figuras de um texto que estejam em quadros.
- **D** A inserção de índices analíticos no Word implica a inserção de seções entre as páginas, em todo o documento.
- **E** No Excel, as seções são utilizadas para separar gráficos e valores em uma mesma planilha.

QUESTÃO 17

Assinale a opção que apresenta procedimento correto para se fazer becape do conteúdo da pasta Meus Documentos, localizada em uma estação de trabalho que possui o Windows 10 instalado e que esteja devidamente conectada à Internet.

- **A** Deve-se instalar e configurar um programa para sincronizar os arquivos da referida pasta, bem como seus subdiretórios, em uma *cloud storage*.
- **B** Deve-se permitir acesso compartilhado externo à pasta e configurar o Thunderbird para sincronizar, por meio da sua função becape externo, os arquivos da referida pasta com a nuvem da Mozilla.
- **C** Depois de permitir acesso compartilhado externo à pasta, deve-se configurar o Facebook para que tenha seus arquivos e subpastas sincronizados com a *cloud storage* privada que cada conta do Facebook possui.
- **D** Os arquivos devem ser copiados para a área de trabalho, pois nessa área o sistema operacional, por padrão, faz becapes diários e os envia para o OneDrive.
- **E** O Outlook Express deve ser configurado para anexar diariamente todos os arquivos da referida pasta por meio da função becape, que automaticamente compacta e anexa todos os arquivos e os envia para uma conta de *email* previamente configurada.

QUESTÃO 18

Os mecanismos de proteção aos ambientes computacionais destinados a garantir a segurança da informação incluem

- **A** controle de acesso físico, *token* e *keyloggers*.
- **B** assinatura digital, política de chaves e senhas, e *honeypots*.
- **C** política de segurança, criptografia e *rootkit*.
- **D** *firewall*, *spyware* e antivírus.
- **E** *adware*, bloqueador de *pop-ups* e bloqueador de *cookies*.

QUESTÃO 19

O cavalo de Troia (*trojan*)

- **A** impede que o sistema operacional se inicie ou seja executado corretamente.
- **B** aumenta o tráfego na Internet e gera um grande volume de dados de caixas postais de correio eletrônico.
- **C** pode ser instalado por vírus, *phishing* ou outros programas, com a finalidade de abrir um *backdoor*.
- **D** também é conhecido como vírus de macro, por utilizar os arquivos do MS Office.
- **E** não pode ser combatido por meio de *firewall*.

QUESTÃO 20

Com relação aos procedimentos de becape, assinale a opção correta.

- **A** O becape incremental deve ser feito depois de realizada cópia completa de todos os arquivos de interesse.
- **B** A cópia completa deve ser feita periodicamente, para copiar os arquivos que sofreram alguma modificação na última cópia incremental.
- **C** Na cópia incremental, não é necessário especificar os intervalos de tempo em que houve alterações nos arquivos.
- **D** O becape incremental não utiliza dados recuperados das cópias completas.
- **E** Na cópia incremental, os arquivos copiados anteriormente são recopiados, independentemente do ponto de recuperação definido.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 21

Pedro, maior e capaz, compareceu a uma delegacia de polícia para ser ouvido como testemunha em IP. Todavia, quando Pedro apresentou sua carteira de identidade, a autoridade policial a reteve e, sem justo motivo nem ordem judicial, permaneceu com tal documento durante quinze dias.

Nessa situação hipotética, a atitude da autoridade policial constituiu

A crime punível com multa.
B fato atípico, pois sua conduta não pode ser considerada crime ou contravenção penal.
C contravenção penal punível com prisão simples.
D crime punível com detenção.
E crime punível com reclusão.

QUESTÃO 22

Com base na Lei n.º 8.069/1990, assinale a opção que apresenta medida passível de aplicação por autoridade competente tanto a criança quanto a adolescente que cometa ato infracional.

A prestação de serviços à comunidade
B internação em estabelecimento educacional
C requisição de tratamento psicológico
D inserção em regime de semiliberdade
E liberdade assistida

QUESTÃO 23

Alice, de dez anos de idade, moradora de Goiânia – GO, irá viajar para Salvador – BA e, posteriormente, para o exterior.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.069/1990, se estiver acompanhada de um

A dos pais, Alice precisará de autorização judicial para viajar para Salvador – BA e para o exterior.
B tio que apresente documento comprovando o parentesco, Alice não precisará de autorização judicial para viajar para Salvador – BA.
C irmão maior de dezoito anos que apresente documento comprovando o parentesco, Alice não precisará de qualquer tipo de autorização para viajar para o exterior.
D primo adolescente, Alice poderá viajar para Salvador – BA, independentemente de qualquer tipo de autorização.
E dos pais, Alice não precisará de qualquer tipo de autorização para viajar para o exterior.

QUESTÃO 24

De acordo com o que prevê o Estatuto do Idoso — Lei n.º 10.741/2003 —, constitui infração administrativa

A induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou de deles dispor livremente.
B deixar o profissional de saúde de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso dos quais tiver conhecimento.
C lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal.
D coagir, de qualquer modo, o idoso a outorgar procuração.
E negar o acolhimento do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento.

QUESTÃO 25

Caso uma pessoa seja ré em processo criminal por supostamente ter cometido homicídio qualificado, eventual interceptação de suas comunicações telefônicas

A dependerá de ordem do juiz competente, sob segredo de justiça.
B poderá ser admitida por meio de parecer favorável de representante do MP.
C não poderá exceder o prazo improrrogável de quinze dias, se concedida pelo juiz.
D poderá ser admitida, ainda que a prova possa ser feita por outros meios.
E deverá ser negada, se for requerida verbalmente ao juiz competente.

QUESTÃO 26

- Cláudio responde a IP por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de reclusão.
- Ana é ré em processo criminal por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de detenção.
- Clóvis responde a IP por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de detenção.

Nessas situações hipotéticas, poderá ocorrer a interceptação das comunicações telefônicas

A de Cláudio e de Clóvis, mediante requerimento da autoridade policial.
B somente de Ana, por meio de requerimento do representante do MP.
C somente de Clóvis, mediante requerimento do representante do MP.
D de Ana, de Clóvis e de Cláudio, por meio de despacho de ofício do juiz ou mediante requerimento da autoridade policial ou do representante do MP.
E somente de Cláudio, por meio de despacho de ofício do juiz.

QUESTÃO 27

Nas eleições municipais de Goiânia – GO para o ano de 2016,

- Fernanda foi candidata a vereadora;
- Flávio foi candidato a prefeito;
- Clara foi eleitora;
- Paulo foi membro da mesa receptora;
- João foi fiscal de partido político.

Nessas situações hipotéticas, de acordo com a Lei n.º 4.737/1965, não poderiam ser detidos ou presos, salvo em flagrante delito, desde quinze dias antes da eleição,

A Fernanda, Flávio e Clara.
B Flávio, Clara e João.
C Paulo e João.
D Fernanda e Flávio.
E Clara, Paulo e João.

QUESTÃO 28

De acordo com a Lei n.º 10.741/2003, a retenção, sem justo motivo, de cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios de pessoa idosa é considerada

Ⓐ crime de ação penal pública incondicionada.
Ⓑ infração administrativa.
Ⓒ crime punível com reclusão, seja a conduta culposa, seja ela dolosa.
Ⓓ fato atípico, pois constitui conduta que não pode ser considerada crime.
Ⓔ contravenção penal.

QUESTÃO 29

De acordo com a Lei n.º 7.492/1986, o indivíduo que gerir fraudulentamente determinada instituição financeira

Ⓐ não poderá ser vítima da decretação de prisão preventiva no curso do processo.
Ⓑ cometerá crime cuja ação penal será promovida pelo MPF.
Ⓒ terá sua pena aumentada de um terço, se a gestão tiver sido temerária.
Ⓓ responderá por crime, ainda que tenha agido culposamente.
Ⓔ cometerá crime que deverá ser processado e julgado pela justiça estadual.

QUESTÃO 30

Com base na Lei n.º 7.492/1986, a tipificação dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional

Ⓐ inadmite confissão espontânea perante autoridade policial.
Ⓑ inadmite coautoria.
Ⓒ inadmite partícipe.
Ⓓ admite coautoria ou participação, e, se ocorrer confissão espontânea que revele toda a trama delituosa, a pena será reduzida de um a dois terços.
Ⓔ admite coautoria ou participação, e, se ocorrer confissão espontânea que revele toda a trama delituosa, será concedido o perdão judicial da pena.

QUESTÃO 31

Em determinada eleição municipal,

- Luciano tentou votar mais de uma vez;
- ao fazer propaganda eleitoral, Márcio injuriou Carmem, ofendendo-lhe a dignidade;
- Tatiane tentou violar o sigilo de uma urna.

Nessas situações hipotéticas, à luz da Lei n.º 4.737/1965,

Ⓐ Tatiane poderá ter a pena reduzida em razão da tentativa.
Ⓑ Márcio, necessariamente, terá a pena aplicada pelo juiz, ainda que tenha agido em caso de retorção imediata que consista em outra injúria.
Ⓒ Luciano, Márcio e Tatiane responderão por crime de ação pública.
Ⓓ Márcio responderá por crime de ação privada.
Ⓔ Luciano poderá ter a pena reduzida em razão da tentativa.

QUESTÃO 32

- Gabriel, como dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestantes, deixou de fornecer a uma parturiente, na ocasião da alta médica desta, declaração de nascimento em que constassem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- Júlia, professora de ensino fundamental, teve conhecimento de caso que envolvia suspeita de maus-tratos contra uma aluna de dez anos de idade e deixou de comunicar o fato à autoridade competente.
- Alexandre hospedou, no hotel do qual é responsável, um adolescente que estava desacompanhado de seus pais ou de um responsável e sem autorização escrita deles ou de autoridade judiciária.

Nessas situações hipotéticas, de acordo com o que prevê o ECA,

Ⓐ somente Gabriel e Alexandre responderão por crime.
Ⓑ somente Júlia e Alexandre responderão por infração administrativa.
Ⓒ somente Gabriel e Alexandre responderão por infração administrativa.
Ⓓ Gabriel, Júlia e Alexandre responderão por crime.
Ⓔ somente Gabriel e Júlia responderão por crime.

QUESTÃO 33

A Declaração Universal dos Direitos Humanos

Ⓐ não apresenta força jurídica vinculante, entretanto consagra a ideia de que, para ser titular de direitos, a pessoa deve ser nacional de um Estado-membro da ONU.
Ⓑ não prevê expressamente instrumentos ou órgãos próprios para sua aplicação compulsória.
Ⓒ prevê expressamente a proteção ao meio ambiente como um direito de todas as gerações, bem como repudia o trabalho escravo, determinando sanções econômicas aos Estados que não o combaterem.
Ⓓ é uma declaração de direitos que deve ser respeitada pelos Estados signatários, mas, devido ao fato de não ter a forma de tratado ou convenção, não implica vinculação desses Estados.
Ⓔ inovou a concepção dos direitos humanos, porque universalizou os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, privilegiando os direitos civis e políticos em relação aos demais.

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei n.º 7.210/1984 — LEP —, a prestação de trabalho

Ⓐ decorrente de pena restritiva de direito deve ser remunerada.
Ⓑ em ambiente externo tem de ser autorizada pelo juiz da execução penal e depende de critérios como aptidão, disciplina e responsabilidade.
Ⓒ a entidade privada depende do consentimento expresso do preso, que terá sua autorização de trabalho revogada se for punido por falta grave.
Ⓓ é obrigatória tanto para o preso provisório quanto para o definitivo.
Ⓔ externo é proibida ao preso provisório e ao condenado que cumpre pena em regime fechado.

QUESTÃO 35

José subverteu a disciplina interna do estabelecimento prisional por ter praticado ato previsto como crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que prevê a LEP relativamente ao RDD,

- **A** o RDD poderá ser aplicado a José pelo diretor do estabelecimento prisional, que, na decisão, deverá considerar o comportamento de José e os motivos de sua prisão.
- **B** a submissão de José ao RDD ocorrerá se o crime praticado por ele for tipificado na modalidade dolosa ou culposa, que cause dano ao patrimônio ou à integridade física de outrem.
- **C** para que José seja submetido ao RDD, o crime por ele cometido deve ser doloso e ter sido praticado com violência ou grave ameaça a pessoa, hipótese que configura falta grave.
- **D** não será admitida a aplicação do RDD a José se ele for um preso provisório, uma vez que a LEP prevê ser requisito para esse regime o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- **E** se for submetido ao RDD, José ficará recolhido em cela individual, terá direito a visitas semanais e poderá sair da cela diariamente para banho de sol.

QUESTÃO 36

De acordo com as disposições da LEP, o recolhimento em residência particular somente será admitido quando se tratar de

- **A** condenada em regime qualquer aberto que tenha filho portador de deficiência física ou mental.
- **B** condenado acometido de doença grave, independentemente do regime de cumprimento da pena.
- **C** condenada em avançado estado de gravidez, independentemente do regime de cumprimento da pena.
- **D** condenada que tenha filho menor de idade e esteja em regime aberto ou semiaberto.
- **E** condenado cuja idade ultrapasse os setenta anos e que esteja em qualquer regime diverso do fechado.

QUESTÃO 37

De acordo com a LEP, se um preso for comunicado sobre o falecimento de uma irmã dele,

- **A** o juiz da execução poderá autorizar a saída temporária do preso para comparecimento ao enterro, desde que ele apresente bom comportamento no estabelecimento prisional.
- **B** ele não terá direito à saída do estabelecimento prisional, devido ao fato de não haver previsão de concessão desse benefício em caso de falecimento de irmão.
- **C** o diretor do estabelecimento prisional poderá conceder a permissão de saída ao preso, independentemente de ele ser preso provisório ou de estar cumprindo pena em regime fechado.
- **D** o diretor do estabelecimento deverá comunicar o falecimento ao juiz da execução, que poderá conceder a permissão de saída para o preso, ficando este sujeito à monitoração eletrônica caso esteja cumprindo pena em regime semiaberto ou aberto.
- **E** o diretor do estabelecimento poderá autorizar a saída temporária do preso, que, mediante escolta, poderá permanecer fora do estabelecimento prisional pelo tempo que for necessário para cumprir a finalidade da saída.

QUESTÃO 38

Por ter praticado infração penal contra Lúcio, Ana foi presa em flagrante e conduzida à delegacia, onde se constatou que o tipo penal correspondente à infração praticada por Ana prevê pena máxima de dois anos e multa.

Nessa situação hipotética, a autoridade policial deverá

- **A** exigir o pagamento da fiança, devido ao fato de o crime admitir pena de multa.
- **B** instaurar IP mediante a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- **C** converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, por não se tratar de crime de menor potencial ofensivo.
- **D** lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo ao juizado juntamente com a autora do fato e a vítima.
- **E** encaminhar imediatamente as partes ao juizado, para audiência de conciliação.

QUESTÃO 39

Uma pessoa denunciada por crime para o qual a pena mínima é igual a um ano recebeu e aceitou uma proposta do MP prevista na Lei n.º 9.099/1995. Nesse caso, a proposta em questão caracteriza-se como uma

- **A** suspensão condicional da pena, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser condenada definitivamente por outro crime.
- **B** transação penal, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- **C** transação penal, caso o crime cometido seja de menor potencial ofensivo.
- **D** suspensão condicional da pena, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- **E** suspensão condicional do processo, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser processada por contravenção penal no curso do prazo.

QUESTÃO 40

De acordo com os termos da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, na situação em que um indivíduo tenha sido preso em flagrante por ter cometido furto simples — cuja pena prevista é de reclusão, de um a quatro anos, e multa —, o MP, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, estando presentes os demais requisitos que autorizem a suspensão condicional da pena, previstos em artigo do CP. Nesse caso,

- **A** o MP poderá propor a suspensão do processo ainda que o réu tenha sido condenado por outro crime na semana anterior à do cometimento do furto.
- **B** se o juiz deferir a suspensão do processo, o prazo da prescrição penal do crime correrá durante o curso do prazo da suspensão.
- **C** se for deferida a suspensão do processo, a autoridade judiciária deverá declarar extinta a punibilidade depois de expirado o prazo, sem revogação da suspensão.
- **D** se o juiz deferir a suspensão do processo, esta será mantida ainda que no seu curso o indivíduo venha a ser processado por contravenção penal.
- **E** a decisão do juiz, pelo deferimento da suspensão do processo, independerá da aceitação do acusado.

QUESTÃO 41

O juizado especial cível da justiça federal é competente para processar e julgar

A causa entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil.
B ação de anulação de ato administrativo federal de lançamento fiscal.
C ação sobre bem imóvel da União.
D mandado de segurança referente a disputa sobre direitos indígenas.
E causa entre organismo internacional e município brasileiro.

QUESTÃO 42

De acordo com a LEP, se determinado preso provisório cometer crime doloso após o encarceramento, ele estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, sem prejuízo da sanção penal,

A mediante decisão da autoridade administrativa competente, independentemente da manifestação do juiz competente.
B por decisão da autoridade administrativa competente, precedida da manifestação do MP e da defesa.
C caso o novo ato cometido, previsto como crime doloso, seja punível com reclusão.
D que poderá limitar o número de pessoas e a duração das visitas semanais.
E depois de transitar em julgado eventual decisão condenatória do crime que motivou a sua prisão, pois, como preso provisório, ele não pode ser sujeito ao referido regime.

QUESTÃO 43

- Vera destruiu grande quantidade de matéria-prima com o fim de provocar alta de preço em proveito próprio.
- Túlio formou acordo entre ofertantes, visando controlar rede de distribuição, em detrimento da concorrência.
- Lucas reduziu o montante do tributo devido por meio de falsificação de nota fiscal.

De acordo com a Lei n.º 8.137/1990, que regula os crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo, nas situações hipotéticas apresentadas, somente

A Vera cometeu crime contra a ordem econômica.
B Lucas cometeu crime contra as relações de consumo.
C Vera e Túlio cometeram crime contra a ordem tributária.
D Vera e Lucas cometeram crime contra as relações de consumo.
E Túlio cometeu crime contra a ordem econômica.

QUESTÃO 44

Com relação às infrações penais previstas na Lei n.º 8.078/1990, que instituiu o CDC, assinale a opção correta.

A No processo penal referente às infrações previstas no CDC, é vedada a atuação de assistentes do MP.
B Todas as infrações tipificadas no CDC possuem pena máxima prevista de até dois anos.
C Para que o infrator possa ser processado e julgado, é necessário que ele tenha agido com dolo.
D A pena será agravada se a infração for cometida no período noturno.
E A pena será agravada se a infração for cometida em domingo ou feriado.

QUESTÃO 45

De acordo com a LO-PC/GO, que dispõe sobre os princípios, a organização e o funcionamento da instituição bem como sobre as competências, as prerrogativas, as garantias e os deveres de seus servidores, assinale a opção correta.

A Não poderá concorrer a promoções o policial civil que, a juízo do Conselho Superior da Polícia Civil, estiver respondendo a processo administrativo disciplinar ou criminal.
B O quadro básico de pessoal efetivo da PC/GO é integrado pelos cargos de delegado de polícia, perito criminal, médico legista, escrivão de polícia, agente de polícia e papiloscopista policial.
C As remunerações dos servidores policiais civis do estado de Goiás compõem-se de uma parcela fixa e uma parte variável de acordo com os cargos da carreira e as condições especiais de prestação de serviço, compreendida por adicionais, gratificações e verbas indenizatórias.
D No conceito de atuação técnico-científica e imparcial na condução da atividade investigativa, está compreendido o exercício de perícia oficial como atribuição específica da PC/GO.
E O servidor policial civil, em qualquer situação, tem prioridade para requisitar e utilizar, quando necessário, serviços de transporte e comunicação públicos e privados, respeitadas as prerrogativas das demais carreiras.

QUESTÃO 46

À luz da LO-PC/GO, assinale a opção correta no que diz respeito à estrutura, organização e competência da PC/GO.

A É atribuição exclusiva do secretário de segurança pública, mediante proposição do delegado-geral, autorizar o policial civil a afastar-se da respectiva unidade federativa, em serviço e dentro do país, bem como determinar a instauração de processo administrativo disciplinar e(ou) sindicância policial.
B A PC/GO é órgão autônomo dotado de autonomia financeira e administrativa, cabendo aos seus órgãos de instância superior o planejamento, a programação e a dotação de seus investimentos.
C Os policiais civis legalmente investidos nos cargos da carreira policial do estado de Goiás gozam de autonomia e independência funcional no exercício das suas respectivas atribuições.
D As unidades de Assessoramento Superior da PC/GO têm como atribuições a proposição, a deliberação e a definição das políticas de caráter institucional.
E As unidades de execução operativa da PC/GO, a exemplo das delegacias de polícia distritais e delegacias de polícia especializadas estaduais, têm por finalidade o exercício das funções de polícia judiciária e a investigação policial.

QUESTÃO 47

Ainda à luz da LO-PC/GO, assinale a opção correta em relação ao quadro de pessoal, às atribuições dos cargos e às garantias do servidor policial civil de Goiás.

- **A** Aplicam-se aos policiais civis do estado de Goiás as mesmas regras de promoção fixadas para os demais servidores públicos estaduais.
- **B** Os cargos em comissão de gerente de administração e finanças e gerente da assessoria técnico-policial poderão ser ocupados por agentes ou escrivães da polícia.
- **C** Para o cômputo de tempo de antiguidade na classe em que se encontra o servidor, não serão deduzidos o interregno ocorrido em razão do tempo de afastamento devido a licença por motivo de saúde.
- **D** As chefias de cartório e de investigação de cada delegacia de polícia somente poderão ser ocupadas, respectivamente, por um agente de polícia e um escrivão de polícia de classe especial.
- **E** São atribuições do chefe de cartório, entre outras, o gerenciamento do atendimento ao público e o registro de ocorrências criminais.

QUESTÃO 48

O estágio probatório de servidor nomeado para cargo de provimento efetivo do governo do estado de Goiás tem o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado. Os requisitos básicos a serem apurados no referido estágio probatório, previstos na LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações, incluem

- **A** idoneidade moral.
- **B** disciplina.
- **C** iniciativa.
- **D** vigor físico.
- **E** aptidão.

QUESTÃO 49

Juscelino, servidor público do estado de Goiás, praticou, no exercício da função, ato que resultará em sua responsabilização nas esferas civil, penal e administrativa. Entretanto, a sentença criminal o absolveu por falta de provas.

Nessa situação hipotética, de acordo com a LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações,

- **A** a absolvição criminal afasta a responsabilidade administrativa, mas não a responsabilidade civil de Juscelino.
- **B** as responsabilidades civil e administrativa não poderão acumular-se, pois são dependentes.
- **C** seria necessário que o ato praticado por Juscelino tivesse sido doloso, para que ele fosse responsabilizado civilmente.
- **D** a absolvição criminal não afasta as responsabilidades civil e administrativa de Juscelino.
- **E** a absolvição criminal afasta a responsabilidade civil, mas não a responsabilidade administrativa de Juscelino.

QUESTÃO 50

Se os motivos determinantes da aposentadoria por invalidez de determinado funcionário do estado de Goiás forem considerados insubsistentes, o retorno desse funcionário às atividades no mesmo cargo será considerado, de acordo com a LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações,

- **A** readaptação.
- **B** reversão.
- **C** aproveitamento.
- **D** reintegração.
- **E** recondução.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 51

Observadas as ressalvas constitucionais e jurisprudenciais, os espaços que poderão ser protegidos pela inviolabilidade do domicílio incluem

I o local de trabalho do indivíduo.
II a embarcação em que o indivíduo resida e(ou) exerça atividade laboral.
III o recinto ocupado provisoriamente pelo indivíduo.
IV o imóvel que o indivíduo ocupe por empréstimo.
V o quarto de hotel que seja ocupado pelo indivíduo.

Assinale a opção correta.

A Apenas os itens I, III e IV estão certos.
B Apenas os itens II, III e V estão certos.
C Todos os itens estão certos.
D Apenas os itens I e II estão certos.
E Apenas os itens IV e V estão certos.

QUESTÃO 52

O servidor público estável perderá o cargo

A após procedimento de avaliação periódica de desempenho, que prescinde da ampla defesa e do contraditório.
B em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
C após decisão judicial de primeira instância da qual caiba recurso.
D após decisão judicial de segunda instância da qual caiba recurso.
E mediante processo administrativo, que prescinde da ampla defesa e do contraditório.

QUESTÃO 53

Compete privativamente à União

A estabelecer política de educação para segurança no trânsito.
B legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
C cuidar da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
D legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres da polícia civil.
E legislar sobre educação, ensino, pesquisa e inovação.

QUESTÃO 54

Assinale a opção correta a respeito de súmula vinculante.

A Durante o processo de aprovação de súmula vinculante, os processos judiciais em curso que tratem da matéria objeto do enunciado serão suspensos em observância à segurança jurídica.
B A edição de súmula vinculante é matéria de competência absoluta e exclusiva do Supremo Tribunal Federal, sendo vedada a intervenção típica ou atípica de quaisquer terceiros.
C A súmula vinculante produz efeitos imediatos a partir de sua edição, não admitindo a modulação que pode ter lugar em determinadas hipóteses de controle concentrado.
D A edição de uma súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal não impede que o Congresso Nacional possa alterar ou revogar dispositivo constitucional objeto do enunciado dessa súmula.
E Súmula vinculante vincula o próprio Supremo Tribunal Federal, que haverá de necessariamente ater-se ao comando nela contido.

QUESTÃO 55

Acerca do processo legislativo pertinente a medidas provisórias, assinale a opção correta.

A O decreto legislativo editado para regular as relações nascidas a partir do período de vigência de medida provisória posteriormente rejeitada cria hipótese de ultratividade da norma, capaz de manter válidos os efeitos produzidos e, bem assim, alcançar situações idênticas futuras.
B Muito embora a medida provisória, a partir da sua publicação, não possa ser retirada pelo presidente da República da apreciação do Congresso Nacional, nada obsta que seja editada uma segunda medida provisória que ab-rogue a primeira para o fim de suspender-lhe a eficácia.
C Por força do princípio da separação de poderes, é vedado ao Poder Judiciário examinar o preenchimento dos requisitos de urgência e de relevância por determinada medida provisória.
D Em situações excepcionais elencadas no texto constitucional, a medida provisória rejeitada pelo Congresso Nacional somente poderá ser reeditada na mesma sessão legislativa de sua edição.
E A proibição de edição de medida provisória sobre matéria penal e processual penal alcança as emendas oferecidas ao seu correspondente projeto de lei de conversão, as quais ficam igualmente impedidas de veicular aquela matéria.

QUESTÃO 56

O ato que concede aposentadoria a servidor público classifica-se como ato

A simples.
B discricionário.
C composto.
D declaratório.
E complexo.

QUESTÃO 57

A respeito de Estado, governo e administração pública, assinale a opção correta.

- A Governo é o órgão central máximo que formula a política em determinado momento.
- B A organização da administração pública como um todo é de competência dos dirigentes de cada órgão, os quais são escolhidos pelo chefe do Poder Executivo.
- C Poder hierárquico consiste na faculdade de punir as infrações funcionais dos servidores.
- D Território e povo são elementos suficientes para a constituição de um Estado.
- E República é a forma de governo em que o povo governa no interesse do povo.

QUESTÃO 58

A administração direta da União inclui

- A a Casa Civil.
- B o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).
- C as agências executivas.
- D o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- E a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

QUESTÃO 59

Com relação aos poderes administrativos e ao uso e abuso desses poderes, assinale a opção correta.

- A O poder de polícia refere-se às relações jurídicas especiais, decorrentes de vínculos jurídicos específicos existentes entre o Estado e o particular.
- B O poder disciplinar, mediante o qual a administração pública está autorizada a apurar e aplicar penalidades, alcança tão somente os servidores que compõem o seu quadro de pessoal.
- C A invalidação, por motivos de ilegalidade, de conduta abusiva praticada por administradores públicos ocorre no âmbito judicial, mas não na esfera administrativa.
- D Poder regulamentar é a competência atribuída às entidades administrativas para a edição de normas técnicas de caráter normativo, executivo e judicante.
- E Insere-se no âmbito do poder hierárquico a prerrogativa que os agentes públicos possuem de rever os atos praticados pelos subordinados para anulá-los, quando estes forem considerados ilegais, ou revogá-los por conveniência e oportunidade, nos termos da legislação respectiva.

QUESTÃO 60

Acerca do controle da administração, assinale a opção correta.

- A O controle por vinculação possui caráter externo, pois é atribuído a uma pessoa e se exerce sobre os atos praticados por pessoa diversa.
- B Controle interno é o que se consuma pela verificação da conveniência e oportunidade da conduta administrativa.
- C O controle de legalidade é controle externo na medida em que é necessariamente processado por órgão jurisdicional.
- D Controle administrativo é a prerrogativa que a administração pública possui de fiscalizar e corrigir a sua própria atuação, restrita a critérios de mérito.
- E O controle que a União exerce sobre a FUNAI caracteriza-se como controle por subordinação, uma vez que esta é uma fundação pública federal.

QUESTÃO 61

João, que acabara de completar dezessete anos de idade, levou sua namorada Rafaela, de doze anos e onze meses de idade, até sua casa. Considerando ser muito jovem para namorar, a garota aproveitou a oportunidade e terminou o relacionamento com João. Inconformado, João prendeu Rafaela na casa, ocultou sua localização e forçou-a a ter relações sexuais com ele durante o primeiro de treze meses em que a manteve em cativeiro. Após várias tentativas frustradas de fuga, um dia antes de completar quatorze anos de idade, Rafaela, em um momento de deslize de João, conseguiu pegar uma faca e lutou com o rapaz para, mais uma vez, tentar fugir. Na luta, João tomou a faca de Rafaela e, após afirmar que, se ela não queria ficar com ele, não ficaria com mais ninguém, desferiu-lhe um golpe de faca. Rafaela fingiu estar morta e, mesmo ferida, conseguiu escapar e denunciar João, que fugiu após o crime, mas logo foi encontrado e detido pela polícia. Rafaela, apesar de ter sido devidamente socorrida, entrou em coma e faleceu após três meses.

Nessa situação hipotética, João

- A responderá pelo crime de tentativa de homicídio.
- B responderá por crime de estupro de incapaz, previsto no CP.
- C não responderá pelo crime de estupro segundo a lei penal, de acordo com a teoria adotada pelo CP em relação ao tempo do crime.
- D não poderá ser submetido à lei penal pelo cometimento de crime de cárcere privado, pois, à época do crime, ele era menor de idade.
- E responderá pelo crime de homicídio, sem aumento de pena por ter cometido crime contra pessoa menor de quatorze anos de idade, uma vez que Rafaela, à época da morte, já havia completado quatorze anos de idade.

QUESTÃO 62

A respeito da aplicação da lei penal e dos elementos e das causas de exclusão de culpabilidade, assinale a opção correta.

- A O princípio da legalidade pode ser desdobrado em três: princípio da reserva legal, princípio da taxatividade e princípio da retroatividade como regra, a fim de garantir justiça na aplicação de qualquer norma.
- B São excludentes de culpabilidade: inimputabilidade, coação física irresistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- C Se ordem não manifestamente ilegal for cumprida por subordinado e resultar em crime, apenas o superior responderá como autor mediato, ficando o subordinado isento por inexigibilidade de conduta diversa.
- D Emoção e paixão são causas excludentes de culpabilidade.
- E Em razão do princípio da legalidade, a analogia não pode ser usada em matéria penal.

QUESTÃO 63

Maura e Sílvio, que foram casados por dez anos, se separaram há um ano e compartilham a guarda de filho menor. Sílvio buscava o filho na escola e o levava para a casa que era do casal, agora habitada somente pela mãe e pela criança, que fica aos cuidados da babá. A convivência entre ambos era pacífica até que ele soube de novo relacionamento de Maura. Sentindo-se ainda apaixonado por Maura, ele elaborou um plano para tentar reconquistá-la. Em uma ocasião, ao levar o filho para casa como fazia cotidianamente, Sílvio, sem que ninguém percebesse, pegou a chave da casa e fez dela uma cópia. Em determinado dia, ele comprou um anel e flores, preparou um jantar e, à noite, entrou na casa para surpreender a ex-esposa — nem Maura nem a criança estavam presentes. Maura havia deixado a criança com a avó e saíra com o namorado. Ao chegar à casa, bastante embriagada, Maura dormiu sem perceber que Sílvio estava na residência. Sílvio tentou acordá-la, mas, não tendo conseguido, despiu-a, tocou-lhe as partes íntimas e tentou praticar conjunção carnal com ela. Como Maura permanecia desacordada, Sílvio foi embora sem consumar o último ato.

Nessa situação hipotética, Sílvio

- **A** cometeu o crime de tentativa de estupro.
- **B** não cometeu crime algum porque já foi casado com Maura e tinha franco acesso à casa.
- **C** não cometeu crime de estupro, porque não houve violência ou grave ameaça.
- **D** cometeu crime contra a dignidade sexual, pois Maura, na situação em que se encontrava, não poderia oferecer resistência.
- **E** cometeu apenas o crime de invasão de domicílio.

QUESTÃO 64

À luz das disposições da Lei n.º 9.455/1997, que trata dos crimes de tortura, assinale a opção correta.

- **A** O fato de o agente constranger um indivíduo mediante violência ou grave ameaça, em razão da orientação sexual desse indivíduo, causando-lhe sofrimento físico ou mental, caracteriza o crime de tortura na modalidade discriminação.
- **B** O delegado que se omite em relação à conduta de agente que lhe é subordinado, não impedindo que este torture preso que esteja sob a sua guarda, incorre em pena mais branda do que a aplicável ao torturador.
- **C** A babá que, mediante grave ameaça e como forma de punição por mau comportamento durante uma refeição, submeter menor que esteja sob sua responsabilidade a intenso sofrimento mental não praticará crime de tortura por falta de tipicidade, podendo ser acusada apenas de maus tratos.
- **D** O crime de tortura admite qualquer pessoa como sujeitos ativo ou passivo; assim, pelo fato de não exigirem qualidade especial do agente, os crimes de tortura são classificados como crimes comuns.
- **E** Crimes de tortura são classificados como crimes próprios porque exigem, para a sua prática, a qualidade especial de os agentes serem agentes públicos.

QUESTÃO 65

De acordo com as disposições da Lei n.º 11.340/2006 — Lei Maria da Penha —, assinale a opção correta.

- **A** No caso de mulher em situação de violência doméstica e familiar, quando for necessário o afastamento do local de trabalho para preservar a sua integridade física e psicológica, o juiz assegurará a manutenção do vínculo trabalhista por prazo indeterminado.
- **B** Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz determinará a proibição temporária da celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo se houver procurações previamente conferidas pela ofendida ao agressor.
- **C** A referida lei trata de violência doméstica e familiar em que, necessariamente, a vítima é mulher, e o sujeito ativo, homem.
- **D** Na hipótese de o patrão praticar violência contra sua empregada doméstica, a relação empregatícia impedirá a aplicação da lei em questão.
- **E** As formas de violência doméstica e familiar contra a mulher incluem violência física, psicológica, sexual e patrimonial, que podem envolver condutas por parte do sujeito ativo tipificadas como crime ou não.

QUESTÃO 66

A respeito do IP, assinale a opção correta.

- **A** O delegado de polícia, se estiver convencido da ausência de elementos suficientes para imputar autoria a determinada pessoa, deverá mandar arquivar o IP, podendo desarquivá-lo se surgir prova nova.
- **B** O IP é presidido pelo delegado de polícia sob a supervisão direta do MP, que poderá intervir a qualquer tempo para determinar a realização de perícias ou diligências.
- **C** A atividade investigatória de crimes não é exclusiva da polícia judiciária, podendo ser eventualmente presidida por outras autoridades, conforme dispuser a lei especial.
- **D** O IP é indispensável para o oferecimento da denúncia; o promotor de justiça não poderá denunciar o réu sem esse procedimento investigatório prévio.
- **E** O IP é peça indispensável à propositura da ação penal pública incondicionada, sob pena de nulidade, e deve assegurar as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

QUESTÃO 67

No que diz respeito às provas no processo penal, assinale a opção correta.

- **A** Para se apurar o crime de lesão corporal, exige-se prova pericial médica, que não pode ser suprida por testemunho.
- **B** Se, no interrogatório em juízo, o réu confessar a autoria, ficará provada a alegação contida na denúncia, tornando-se desnecessária a produção de outras provas.
- **C** As declarações do réu durante o interrogatório deverão ser avaliadas livremente pelo juiz, sendo valiosas para formar o livre convencimento do magistrado, quando amparadas em outros elementos de prova.
- **D** São objetos de prova testemunhal no processo penal fatos relativos ao estado das pessoas, como, por exemplo, casamento, menoridade, filiação e cidadania.
- **E** O procedimento de acareação entre acusado e testemunha é típico da fase pré-processual da ação penal e deve ser presidido pelo delegado de polícia.

QUESTÃO 68

A respeito do IP e da instrução criminal, assinale a opção correta.

- **A** O juiz é livre para apreciar as provas e, de acordo com sua convicção íntima, poderá basear a condenação do réu exclusivamente nos elementos informativos colhidos no IP.
- **B** Como a perícia é considerada a prova mais importante, o juiz não proferirá sentença que contrarie conclusões da perícia, devendo a prova técnica prevalecer sobre os outros meios probatórios.
- **C** Uma vez arquivado o IP por decisão judicial, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se tiver notícia de uma nova prova.
- **D** O ofendido e o indiciado não poderão requerer diligências no curso do IP.
- **E** O IP, peça informativa do processo, oferece o suporte probatório mínimo para a denúncia e, por isso, é indispensável à propositura da ação penal.

QUESTÃO 69

José subtraiu o carro de Ana mediante grave ameaça exercida com arma de fogo. Após a prática do ato, ele fugiu do local dirigindo o veículo em alta velocidade, mas foi perseguido por outros condutores que passavam pela via e atenderam ao pedido de ajuda da vítima.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- **A** Uma vez preso em flagrante, José deverá ser conduzido até autoridade policial, que lavrará o auto de prisão e entregará a nota de culpa no prazo máximo de quarenta e oito horas.
- **B** José poderá ser preso em flagrante pelo roubo enquanto estiver na posse do veículo de Ana, independentemente do lapso temporal transcorrido.
- **C** A interrupção da perseguição de José descaracteriza o flagrante impróprio, embora José possa ser preso se encontrado, em seguida, com o objeto do crime e em situação pela qual se presuma ser ele o autor do fato.
- **D** Caso seja preso em flagrante, José deverá ser informado de suas garantias constitucionais e de seu direito de permanecer calado e de estar acompanhado por advogado, bem como terá direito ao acesso à identificação completa do responsável por sua prisão e da vítima do fato.
- **E** Embora a perseguição realizada por pessoas da sociedade civil seja importante para as investigações porque propicia a recuperação do veículo e a identificação do autor do fato, esse tipo de perseguição não caracteriza situação de flagrância.

QUESTÃO 70

Marcos praticou crime de extorsão, cuja pena é de reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- **A** A presença de indícios de autoria e materialidade é motivo suficiente para o juiz decretar a prisão preventiva de Marcos.
- **B** Marcos não poderá ser submetido a prisão temporária, porque o crime que cometeu é hediondo, embora não conste no rol taxativo da lei.
- **C** Caso Marcos seja preso em flagrante, admite-se a imposição de medidas cautelares diversas da prisão em substituição da liberdade provisória sem fiança.
- **D** Caso Marcos seja preso em flagrante, poderá ser solto mediante arbitramento de fiança pela autoridade policial.
- **E** Marcos poderá ser submetido a prisão temporária, que tem prazo fixo previsto em lei e admite uma prorrogação por igual período.

Espaço livre